



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021 DO
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

EMPRESA RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 09.813.838/0001-79, com sede na Rua Conceição Teodoro nº 205, loja, Bairro Nazaré – Belo Horizonte/MG, Cep. 310990-060, representada neste ato por seu representante legal o Sr. RAFAEL JONAS DE SOUZA PENA, brasileiro, casado, Administrador de Empresa, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.474.369 SSP/MG e CPF nº 014.265.356-00, residente e domiciliado na Rua Veneza , nº 38 Bairro Jardim Belmonte, nesta cidade de Belo Horizonte/MG, CEP, 31990-440, com fundamento no **Artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/1993 e do art. 24 do Decreto 10.024/19** , interpor **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

DA TEMPESTIVIDADE

Aplicando-se o decreto verificamos que o dia 25/06/2021 é o tempestivo para a impugnação do Edital. Para além da data cominada em lei, a Administração Pública tem o dever de autotutela para corrigir ilegalidades no âmbito do procedimento licitatório.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

REGISTRO DE PREÇOS para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO destinada a pacientes, acompanhantes, funcionários e outros autorizados nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã.

DO DIREITO

a) Dos Atestados exclusivos

O procedimento licitatório é um meio para Administração Pública escolher a melhor proposta, garantir a isonomia e o desenvolvimento nacional sustentável. Todo o arcabouço jurídico da Lei Geral de Licitações e das demais normas vão no sentido de fazer a Administração Pública escolher a proposta que trará o melhor retorno, dar iguais condições aos licitantes para evitar apadrinhamentos político.

Contudo, o presente edital possui uma qualificação para o atestado de capacidade técnica não consonante com a Lei. Vejamos: “21.3. Deverá apresentar ATESTADO, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição, de modo a comprovar ter prestado serviços de fornecimento de alimentação em **outras unidades de saúde** e que englobe o fornecimento de gêneros e produtos alimentícios, estocagem, preparo, manipulação e a distribuição de alimentação normal e dietética, fórmulas infantis e alimentos complementares, com disponibilização de mão de obra qualificada para a execução das tarefas, bem como, equipamentos, materiais e utensílios.” (Grifei). Os termos grifados colocam uma restrição a ampla concorrência dos licitantes sem o devido amparo na Lei, e, portanto, deve ser excluída do presente edital.

Discorre a Lei Geral de licitações no art. 30, “Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...) II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; (...)§ 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou

ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação. ”. Notamos que a atividade pertinente e compatível ao presente edital é o fornecimento de alimentação, sendo irrelevante qualquer qualificação desta prestação de serviço. A colocação dos termos “outras unidades de saúde” serve apenas para excluir a ampla participação das empresas e favorecer a algumas empresas.

Como dito anteriormente não há diferenciação na prestação de serviços de alimentação nos diversos ambientes. O Atestado qualifica para todos os ambientes. A Resolução 600 do Conselho Federal de Nutricionista engloba diversos tipos de alimentação no mesmo segmento, tendo em vista que são semelhantes. “A.1. Segmento – Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) Institucional (pública e privada): A.1.1. Subsegmento – Serviços de alimentação coletiva (autogestão e concessão) em: empresas e instituições, hotéis, hotelaria marítima, comissarias, unidades prisionais, hospitais, clínicas em geral, hospital-dia, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), spa clínicos, serviços de terapia renal substitutiva, Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e similares.”. Nota-se a aglutinação de alimentação hospitalar com a prisional e institucional.

Não cabe a nobre Pregoeira estabelecer diferenças na hora de habilitação, uma vez que não existe norma legal que fundamente tal distinção.

b) Alvará da Cozinha Central

O rol do art. 30 da Lei 8.666 é exaustivo, isto é, não poderá o administrador público estabelecer no caso concreto novos requisitos, caso faça isso estará violando o princípio da Ampla Participação dos Licitantes.

No caso em tela verificamos o item “21.1 A empresa deverá apresentar Licença de Funcionamento, expedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal (local) da cozinha industrial central da empresa licitante.” A exigência deste alvará viola frontalmente a Lei Geral de Licitações.

Essa exigência também viola o Princípio da Ampla Participação do Licitantes, já que determina que apenas licitantes com cozinha em funcionamento poderá participar. Caso o



licitantes esteja com atividades paradas e com o intuito de voltar a participar de licitações não poderá.

Tendo em vista a violação do art. 30 da Lei 8666/93 e do Princípio da Ampla Participação, esse requisito para habilitação deve ser removido.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, restou demonstrada a imperiosa necessidade de se reformular o certame licitatório em análise, tendo em vista portar manifesta ilegalidade. Considerando que o prazo legal foi respeitado, requer-se seja a presente impugnação conhecida e provida, para, ao final, processar-se a competente alteração dos termos do ato convocatório, a fim de evitar que a competitividade seja restringida, bem assim para fazer valer os termos da Lei Federal no 8.666/93.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2021.